

de estarmos discutindo também, porque senão é difícil, passamos a chutar em termo de números. Eu acho que é super importante essa questão de poder ter ajuda, recurso para esse estudo principalmente anterior ao projeto. O que eu acho importante nessa questão para podermos estar decidindo e até com clareza, é que tivesse pelo menos um dimensionamento do número para esse ano porque dizer 5 mil, se é 4 mil que está parado, se sobrar o dinheiro pode usar na própria obra, a princípio parece isso, não sei se esse 5 mil é suficiente, não sei se é simplesmente o valor referência ou tem alguma base.

Sra. Elisabete – O Fred já concordou, ele que coordena essas sínteses financeiras e a hora que mandamos um envelope, essa situação que elucidará a votação dos Conselheiros. **Sr. Abelardo** – Nós temos um grupo executivo do próprio Conselho e penso eu que deveria discutir e aprofundar previamente essas discussões, as tarefas desse voto porque no assoreamento das reuniões acho que fica faltando melhor esclarecimento, gera confusão, como aconteceu agora pouco no voto anterior, eu percebo que o Pedro não se informou o que acontece com o dinheiro. Ele não vai para a construtora, vai beneficiar aquele que será o futuro ocupado, então isso precisaria ser melhor discutido. No que se refere ao voto eu acho que precisa ser complementado. Quantas unidades são? O Minha Casa Minha Vida aqui de São Paulo, eu não tenho notícia que está virando nada, tem que criar um sistema técnico e social da hierarquização e ele tem que estar vinculado e necessariamente aberto. **Sr. Abraão** – Hoje principalmente há um discurso que nós não conseguimos fazer uma unidade por R\$ 52.000,00, estamos fazendo até por menos em regime de mutirão com auto-gestão. Agora as construtoras estão pedindo aporte para fazer essas unidades por R\$ 70.000,00, eu quero entender o seguinte se com R\$ 5.000,00 por unidade se resolve o problema? Se as construtoras estão fazendo por R\$ 30.000,00 ou R\$ 70.000,00 a unidade e aí uma pergunta de esclarecimento: por que não R\$ 18.000,00? **Sra. Vera** – Quería registrar novamente, nós estamos tendo muita dificuldade com os órgãos públicos, até agora nada da Convias de resolver o problema de uma obra que já está mais de 70% concluída, e essa obra vai ser entregue? Não vai porque depende infelizmente do Poder Público para ir lá e abrir a rua para autorizar para ligarmos a rede de água, então isso é importantíssimo para agilizar e o problema de habite-se que enfrentamos em todas as obras do Crédito Solidário Minha Casa Minha Vida. No 1º parágrafo, eu queria entender quando escreve aqui: “prestação de consultoria técnica”, nessa prestação de consultoria técnica, teria tipo um gerenciador da COHAB que estaria prestando assessoria técnica? Se for isso de ter uma gerenciadora na parte de assessoria técnica, eu acho que particularmente não precisa porque já tem as assessorias técnicas que fazem esse processo com os Movimentos. A questão do Meio Ambiente, da COHAB que está aqui, hoje existe já um convenio do Governo do Estado com a Caixa Econômica, que está difícil para estarmos viabilizando esse aporte, acho que é importante ter esse convênio, mas só para ressaltar, em vez de ser só os 27 projetos que estão em análise, acho que é importante acrescentar “se necessário, os que estão em obra também entrarem nesse convênio”. **Sr. Benedito** – Temos algumas dificuldades com os que já estão em andamento e que nós precisamos garantir recursos esse convenio tem que ter essa amplitude porque senão daqui há 2 meses estamos aqui pedindo dinheiro para complementar o empreendimento, pode ser que no empreendimento precisemos de R\$ 2.000,00 e pode ser que num outro convenio precisemos de R\$ 10.000,00, eu acho que teria que ser a possibilidade de termos essa elasticidade, estou fazendo uma sugestão, ou sentamos e fazemos uma reavaliação, um levantamento certo do que realmente precisa e eu acho que em muitos dos casos não dá, ou temos que trazer aqui a CDHU para ver o que ela pode estar entrando com complementação porque aí vai ter uma repartição de recursos, que vários recursos vão entrar pela CDHU, vários vão entrar por aqui, o Fundo Municipal de Habitação vai botar um tanto e a outra parte do Programa Minha Casa Minha Vida, precisamos entender a globalidade dos recursos para podermos votar a Resolução. Estou propondo que deixemos entre R\$ 5.000,00 e R\$ 18.000,00, no limite estabelecido da Resolução anterior de modo que cada empreendimento vai fazer essa avaliação do que precisa e em relação aos empreendimentos anteriores que também tenhamos essa abertura para garantir. **Sra. Elisabete** – O Programa Minha Casa Minha Vida é um Programa em construção e o Governo decidiu investir recursos no setor da produção que gera emprego, passado 1 ano, o setor da construção, por mais que se fale mal dele, é um setor produtivo, é a maior geração de empregos da cidade, ao contrário dos banqueiros que ganham muito dinheiro e não geram empregos, agora ele está se ajustando, chegou em São Paulo, não deu, então o CDHU está pondo R\$ 20.000,00, a Prefeitura está pondo dinheiro, nós estamos meio que construindo, pode ser que desses R\$ 5.000,00, um precise de R\$ 2.000,00, o outro precisa de R\$ 4.000,00, eu acho que tem que votar gente porque é a construção de um Programa que pode durar muitos anos, então acho que é importante que pensemos como foi gerado o Minha Casa Minha Vida, qual era a finalidade inicial, na ocasião, eles nem pensavam, por exemplo, na qualidade do projeto. Eu acho que tem uma proposta, ela não vai resolver todos os nossos problemas obviamente, mas não podemos perder isso de mente. **Sr. Kazuo** – Já há algumas reuniões nós estamos votando uma série de aprovações, estamos aprovando a utilização de uma série de recursos do Fundo Municipal de Habitação e eu queria solicitar que prestasse contas com relação à essas solicitações de voto, esse tipo de informação tem que ser fornecido para nós de maneira mais sistemática, é papel nosso, enquanto Conselheiro, saber como é que está sendo utilizado, isso que está sendo votado aqui em termos de destinação de recursos. Aprovamos essas solicitações de voto com uma série de alterações, uma série de ajuste, uma série de complementações, uma série de sugestões, aperfeiçoamentos e não sei, eu, particularmente, acabo não tendo nenhum retorno com relação ao produto final disso. Nós somos um grupo que defende a assistência técnica para a auto gestão, para que esses empreendimentos aconteçam da melhor forma possível. Eu acho que é muito importante pensarmos recursos porque esse foi um dos grandes nós nas estratégias de assistência técnica a esse processo; o que falta é uma estratégia completa de assistência técnica. Considerando que uma cidade como São Paulo, o tamanho das necessidades habitacionais que tem, já há um consenso que vamos atender essas necessidades com diversidades de soluções, queria propor, da flexibilização desses valores aqui nessa solicitação de voto, que incluíssemos, inclusive para garantir o equilíbrio nessa diversificação de soluções habitacionais. Contando com esses recursos que a Caixa vem solicitando não faz sentido pensar um valor fixo para a assistência técnica sem ter essa complementação de acesso a terra para desatar esse nó. **Sra. Elisabete** – Felizmente a Secretaria Executiva é extremamente zelosa em relação ao cumprimento do Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação, (Resolução CMH nº 1 aprovado em 2003), ela define o prazo para a publicação, após a homologação do Secretário, nós temos 15 dias para publicar as Resoluções aprovadas com seus devidos reajustes no Diário Oficial do município, portanto, ela está no Diário Oficial e nas Atas das reuniões que tem as convenções, elas são extremamente acessíveis a todos os Conselheiros e a todos de São Paulo e mais uma vez eu gostaria de esclarecer que desde 2005 a Prefeitura de São Paulo aboliu a solução única para habitação, vocês sabem que temos milhares, são 10.000 unidades em construção atualmente, fora as já entregues, que são projetos diversificados, cada uma em escritório de arquitetura porque temos absoluta convicção de

que o projeto é uma atribuição do arquiteto, não há nenhuma dúvida sobre isso, nós aprovaremos a sugestão do Conselheiro Dito de marcar uma outra reunião, as Entidades presentes aqui também se quiserem já apresentar as suas problemáticas, a Nancy amanhã estará recebendo para conversar. **Sr. Maldonado** - No 1º dia eu defendi que os Mutirões deveriam estar terminados, uma vergonha para aquela Prefeitura que foi de São Paulo, assinou Mutirão sem ter aporte financeiro. Eu acredito que se o Fundo tem ou não dinheiro nós devemos aprovar porque eu acho que o Benedito é uma pessoa sensacional que briga todos os dias, para que a cidade de São Paulo tenha mais 4.800 unidades, não seria eu, do Movimento que ia deixar de votar então vamos aprovar sim essa medida. **Sra. Verônica** – Se tem uma proposta aqui para mudarmos o Programa Minha Casa Minha Vida, porque R\$ 52.000,00 para financiar uma casa em São Paulo, seja no Centro, no Leste, no Norte, no Sul, pior ainda é duro, nós precisamos diminuir o padrão de apartamento por causa do maldito tratamento de esgoto que a SABESP e a CETESB exigiu e não fecharam os R\$ 52.000,00. Se lá naquela época lá atrás, o Ricardo tivesse pensado nesses R\$ 5.000,00 por unidade, nós não precisaríamos diminuir o tamanho do apartamento, deveria a Assessoria Técnica do Movimento discutir com o dinheiro, esses R\$ 5.000,00 só vem a ajudar os empreendimentos, claro que aquele que for precisar de mais, é um caso específico, vão trazer para cá, vamos justificar o porquê, se é uma estação de esgoto, se é um rolo que tem lá, por que precisa mais de R\$ 5.000,00? Acho que uma vez mais estamos indo para frente com o Minha Casa Minha Vida. **Sr. Maksuel** – Dentro dessa questão, não é para todas as Entidades que vão ter o aporte de R\$ 5.000,00 do Fundo. É para Entidade habilitadas na Caixa. Eu tenho a minha Entidade habilitada porque eu apresentei as documentações cabíveis que a Caixa Econômica muito rigorosa pediu e esses R\$ 5.000,00 será muito bem vindo para as famílias não só do meu Movimento quanto para o Movimento do Dito, para o Movimento da Verônica, para o Movimento do Osmar, para o Movimento das Associações que estão habilitadas e estão pleiteando unidades habitacionais na questão do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, não só a Prefeitura está tendo essa louvável iniciativa de colocar R\$ 5.000,00 por unidade, como a CDHU também está sendo assinado convênio de até R\$ 20.000,00 de aporte para compras de áreas, o terreno é a Associação que está indicando, onde a Associação quer construir unidades habitacionais, se a CDHU previamente conseguir fazer o laudo de vistoria nessa área, nesse terreno, a CDHU já compra a área na hora porque na verdade nós vamos ter mais R\$ 52.000,00, se for aprovado os R\$ 5.000,00 hoje, teremos R\$ 77.000,00, são R\$ 20.000,00 da CDHU mais R\$ 5.000,00 aqui da Prefeitura e mais R\$ 52.000,00 do Governo Federal do Programa Minha Casa Minha Vida pela Caixa. Estivemos com a Inês Magalhães na última 2ª feira e pedimos para abrir novamente a inscrição aqui em São Paulo por Entidades, eu estou com o documento protocolado, que venha mais recursos para São Paulo, principalmente o Minha Casa Minha Vida para atender as unidades habitacionais porque a Prefeitura também está sentindo que o Programa faz parte do contexto de atender essas famílias que mais necessitam, então esse Conselho também está aberto ao diálogo para conseguirmos aprofundar essa questão para que outras Associações que nessa 1ª fase não entrou, que entrem para estarmos contemplando mais Entidades, mais pessoas dentro do Minha Casa Minha Vida em São Paulo. **Sr. Ricardo** – Conversei com a Caixa e a ideia seria pormos um limite de 1.000 de unidades, daria uns 5 milhões e se isso se esgotar, trazemos novamente aqui numa reunião. **Sr. Benedito** – Com relação ao pedido da Resolução dos 37 milhões, que é para terminar os Mutirões ainda da gestão anterior, nem essa gestão, nem a gestão anterior, nem a gestão do Paulo Maluf, nem a do Pitta, nem a do Serra concluiu todos os empreendimentos que estavam previstos no orçamento, então sobre este aspecto é que fizemos uma proposta para concluir um passivo que está paralisado há mais de 6 anos. **Sr. Abraão** – Aqui não é o momento de falar de Governo A ou Governo B porque eu também não sou Governo não estou aqui para defender Governo eu tenho um diálogo e tenho um respeito pelo Poder Público e aqui eu tenho um bom diálogo com o Presidente da COHAB, com a Bete França e com todo mundo agora me senti prejudicado porque eu represento um grupo que me eleger, que eleger cada um de nós então podemos divergir, agora tratarmos com ironia, então me desculpe, eu não concordo com isso. **Sra. Maria Isabel** – Só quero reforçar realmente, até por estar trabalhando e vendo essas dificuldades que esse recurso que está estabelecido aí como R\$ 5.000,00 apesar de que eu acho que poderia ser maleável na realidade eu não entendi essa prestação de consultoria técnica por parte da COHAB às Entidades que pleiteiam, recurso do FDS a fim de auxiliar os profissionais contratados, não deu para entender como é que essa operação vai se dar. **Sra. Elisabete** - Tem algumas dúvidas no ar, eu pediria que a Caixa e a COHAB já esclarecesse. **Sr. Ricardo** – O recurso é para cobrir custos, obviamente o terreno faz parte do custo, ele está incluído no recurso, custo de empreendimento presuppõe todos os custos. Nós não estamos pretendendo fazer o trabalho de gerenciamento não, as Assessorias Técnicas continuam normalmente, é mais no sentido da aprovação, a aprovação hoje em dia está muito complexa, hoje você para aprovar um empreendimento, tem diversos órgãos dentro da Prefeitura e não só é complexo como é demorado então o que temos feito é procurando agilizar para essas aprovações. **Sra. Maria Isabel** – Acho que isso é extremamente importante, temos essa dificuldade, eu acho que até tem que ter realmente uma relação para todos os projetos que temos essa dificuldade, não só os nossos, mas todos. **Sr. Ricardo** – Acho que todo mundo destacou aqui a importância de termos mais esse instrumento, encaminhamentos para analisar e vai propor, na próxima reunião eu vou trazer de forma detalhada uma clareza para vermos quanto tem de recurso no Fundo e como estabelecer um limite de prioridades. Pré-aprovado é pré-aprovado, não vamos trazer aqui empreendimento por empreendimento, R\$ 5.000,00 por unidade, se essa verba estourar ou se houver necessidade que o banco falasse que é além dos R\$ 5.000,00, necessariamente vamos trazer aqui, então acho que é simples assim e também acho que o critério de prioridades é um critério cronológico, em síntese, mas acho se houver uma questão muito profunda também trazemos para discussão sem problemas. **Sra. Cely** – a questão da priorização, o Ricardo também trouxe a proposta das primeiras mil unidades e com isso, a priorização seria então por ordem, nós já temos 32 projetos inscritos e outros que venham a ser selecionados e vocês sabem que a análise da Caixa é rigorosa. Vou deixar claro a proposta é da Caixa, eu defendo aqui essa proposta que evidentemente negociou com a COHAB para estabelecer limites para os empreendimentos já selecionados ou que vierem a ser selecionados, que sejam lá de que Movimento Social for, e tem o propósito de dar agilidade, viabilizar o que temos em andamento e a proposta da Consultoria Técnica é também nesse sentido. **Sr. Rogério** – A questão do Crédito Solidário felizmente nós sempre fomos muito bem recebidos pelos senhores Conselheiros, como também pelos representantes do Conselho Municipal que compõem a mesa, me sinto totalmente à vontade para trazer ao Conselho qualquer outra resposta que seja necessária para poder concluir algum empreendimento de Crédito Solidário, a minha proposta que levo à Secretaria Executiva é de que deixemos o voto da forma como ele foi trazido, sem inclusão do Crédito Solidário, para que não misturemos os empreendimentos, nós temos muito mais projetos de FDS Entidades em tramitação do que Créditos Solidários. **Sr. Abelardo** – Que tinha proposto que não se discriminasse as atividades do Crédito Solidário, eu tinha

proposto que entrasse essa verba como complementação ou contrapartida para fechar a conta e o Rogério agora falou diferente, que se vote tal como apresentado. **Sr. Rogério** – Me perdoem o equívoco, na forma como eu trouxe é um Programa a ser atendido, me desculpem. **Sra. Elisabete** – Vamos a votação, conselheiros contrários, abstenções? Então a proposta foi aprovada e nós vamos marcar a nossa reunião extraordinária. **Sr. Benedito** – Nós estávamos propondo 2 Resoluções, uma Resolução de recurso de Mutirões e outra Resolução sobre a questão dos conflitos fundiários, inclusive está aqui hoje, é o material da relatoria que está sendo distribuído aqui, relatoria da ONU que é o Direito à Moradia, o pessoal que está aqui desde o começo, é de uma comunidade Bete, chamada Comunidade Sallus, aqui na Vila Guilherme que vai atingir 450 famílias e a reintegração de posse está marcada para o dia 30 de junho, como estávamos propondo uma Resolução do GT para que o Conselho pudesse acompanhar essa situação, eu queria pedir aqui o apoio do Conselho Municipal, vai envolver quase 2.000 pessoas, dada a urgência da questão, que possamos acompanhar essa situação. **Sra. Elisabete** – Eu sugiro que você convide também o CDHU para participar, para marcar uma reunião na semana que vem, CDHU, SEHAB e essa Comissão de Moradores e a Caixa Econômica Federal também seria bom participar, que a Caixa criou um dispositivo também, como o CDHU de repasse de verba, por exemplo, para famílias de risco, como as do Rio de Janeiro, como São Paulo, nós não recebemos ainda nenhum repasse, nós podíamos usar então acho que é importante chamar algum colega da Caixa também e ou do Ministério das Cidades. A reunião está encerrada, obrigada a todos. (Final da Reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH. ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO 2009/2011

Data da Reunião: 24 de junho de 2010

Local: Pátio do Colégio, 184-Auditório Espaço da Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania-Centro – São Paulo.

No dia 24 de junho de 2010, às 14:00 hs, reuniram-se no Pátio do Colégio, 184, nas dependências do Auditório Espaço da Cidadania da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania – Centro, para a 1ª Reunião Extraordinária do CMH – gestão 2009/2011, os seguintes participantes citados na lista de presença: Elisabete França – Felinto Carlos Fonseca da Cunha – Luiza Harumi A. Martins – Ricardo Pereira Leite – Ângela Luppi Barbon – André Luiz Gutierrez Pereira – Pedro Scuro Neto – Maria Cláudia Pereira de Souza – Ricardo Rodrigues – Vanessa Padiá de Souza – Maria Stella Cardeal de Oliveira – Riusuke Sakamoto – Marcelo Augusto Falcão Lopes – Valentina Denizo – Flávio Carvalheiro – Alexandre Marques Tirelli – Abelardo Campoy Diaz – Luzinete Ramos Borges – Elcio Sigolo – André Drummond Soares de Moura – Luiz Tokuzi Kohara – José Abraão – Nair Francisca Delatin – Ruberval Ramos Castello – Laurinete Santos Silva Chimeses – Maria Izilda Camillo – Nelson Barboza Nunes – Benedito Roberto Barbosa – Irlas Maria Bezerra – José Alves Dias – Maksuel José da Costa – Luiz Garcia Maldonado – Elgito Alves Boa Ventura – Fagner Campos Rocha – Gilson Silva de Oliveira – Vera Eunice Rodrigues da Silva – Cleuza Gomes da Silva – Selma Caroline Gomes – Dorival Calazans – Mário Luiz Balbino – Flávio Teixeira dos Santos e demais convidados. A reunião é iniciada pela **Sra. Elisabete** – Hoje se trata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação. A nossa assessoria jurídica, Dra. Vera, nos informou que a Ata da última reunião só será aprovada na ordinária, portanto, hoje não teremos aprovação da última Ata. Vamos a solicitação de voto número 12/2010, relativa à destinação orçamentária no valor de 37 milhões 440 mil, para a consequente retomada dos empreendimentos do programa de mutirões com convênios firmados com Entidades selecionadas por processo licitatório na gestão 2001-2004 e interrompidos até o momento. **Sra. Izilda** – O GT está aguardando a próxima reunião para discussão de demanda da aprovação, da compra dos terrenos, para solucionar esses convênios paralisados, estamos aguardando no dia 30, por isso estamos retirando a proposta para discutir todos esses empreendimentos um por um, vendo a situação e processar junto do GT de Mutirões, GT de Demanda, a Presidência da COHAB, SEHAB, solucionar todos os casos. **Sra. Elisabete** – Gostaria de informar a todos que a reunião do GT de Demanda já foi enviada a comunicação, está marcada para o próximo dia 30 de junho. A segunda solicitação de voto é relativa ao voto 13/2010, a emenda do regime interno do Conselho Municipal de Habitação que é a resolução número 01/2003. **Sr. Luiz** – Nossa proposta é no sentido de que todos esses encaminhamentos de Resolução, instrução normativa e regimento interno, seja só aprovado no Conselho, no caso do GT do Centro também, quando discutimos tinham várias questões que já vieram aprovadas, e poderia ter trazido aqui para sugestão, qualificar talvez melhor, pegar a opinião de todos que estão participando do GT e depois ser aprovado também e não a Comissão Executiva mandar uma coisa já aprovada. **Sr. Maksuel** – Eu discordo dessa proposta porque quando foi fundamentado a questão de construção da Comissão Executiva no Conselho, foi aberto que os representantes dessa Comissão seriam ouvidos, seriam escolhidos pelos Conselheiros principalmente na questão quando se diz respeito às Associações e Movimentos, esses representantes que estão lá na Executiva são do colegiado, as pessoas acreditam, o grupo acredita, que as pessoas que estão na Executiva são pessoas capazes, centradas e responsáveis de dar o direcionamento principalmente na questão de diretrizes, de emendas, de propostas, para quando chegar aqui no Conselho a nossa vida como Conselheiro que é uma plenária geral, ela seja facilitada, na minha concepção como Conselheiro defendendo a permanência dessas responsabilidades para a Executiva no Conselho, não é de caráter de todos os Conselheiros, senão, não precisava ter criado a Executiva. **Sra. Izilda** – A Executiva tem que executar, tem que organizar, tem que vir para cá com isso mesmo, tudo arrumadinho, bonitinho, para tirar o chapéu, que nós temos uma Executiva brilhante, só que não dá para deliberar em meu lugar, porque eu sou Conselheira eleita. **Sra. Vera** – Não é a Comissão Executiva que prepara as reuniões do Conselho, é a Secretaria Executiva do Conselho, a Comissão Executiva vocês escolhem Conselheiros eleitos como vocês, para que participem em um fórum menor, onde é possível aprofundar mais as questões, até agora as instruções normativas não eram debatidas no Conselho na sua composição plena. **Sr. Luiz** – Pegando até a fala da própria Dra. Vera que a Comissão Executiva é para aprofundar as questões e não para decidir sobre as questões, eu penso que qualquer instrução normativa, Regimentos Internos e Resoluções são questões que cabe a todos, se não, não teria sentido ter o Conselho também, qual é a função do Conselho então se um grupo pode resolver? Eu acho que tem que aprofundar tem que discutir tem que preparar, elaborar e trazer a proposta. **Sra. Vera** – Quando você diz que “aprofundar o que discute aqui”, não foi isso que eu disse, eu disse que são questões que precisam de mais aprofundamento para se decidir mesmo, se não, não tem sentido, quer dizer, discute aqui daí vai um grupo de vocês, os Conselheiros eleitos para Comissão, vão lá para continuar decidindo o que já foi decidido? Veja, nós temos reuniões a cada dois meses, não é possível ficar patinando, esse o texto foi passado para todos os Conselheiros, então poderia haver o debate entre vocês e o Conselheiro eleito para participar da Comissão Executiva, levaria a posição do grupo que ele lidera. **Sr. Maksuel** – A Executiva conversa, delibera e se aprofunda dentro de situações que esse Conselho aqui deliberou, nós discutimos no Conselho, tentamos nos aprofundar no Conselho, para me-

lhorar uma proposta que já estava votada pelo Conselho, nós demos autoridade para o GT de produzir emendas, foi dentro da Executiva. **Sr. André** – Desde que eu estou aqui sempre foi decidido, se pegarmos nas Atas, nesse período que eu estou aqui, sempre bem calçada: decidiu-se que vai para Executiva para tomar a disposição de tal assunto. **Sr. Benedito** – Foi eu que fiz inclusive esse debate lá na Comissão Executiva, se a Comissão Executiva tem ou não autoridade para deliberar questões que entendemos que é de atribuição e prerrogativa exclusiva do Conselho do CMH, na verdade o que eu acho é que precisávamos ter mais claro o que é atribuição do CMH do Conselho e o que é atribuição prerrogativa da Executiva, acho que isso não está muito resolvido e não está muito claro, pelo menos da minha parte, de que a Executiva teria um papel muito mais de organizar e preparar as reuniões do Conselho, de estabelecer a pauta mas não de aprovar Resoluções, definir sobre instruções normativas, que é inclusive prerrogativa exclusiva do Presidente do CMH, precisava fazer uma discussão mais aprofundada sobre essas duas questões, cabe a esse Conselho aqui decidir isso, deixamos claro aqui, que o nosso entendimento é que a Executiva organiza, prepara, aprofunda pontos, mas não delibera sobre nada, quem delibera é o próprio CMH no seu pleno aqui, nas suas reuniões. Eu concordo, Maksuel com a questão que você colocou em relação ao funcionamento do GT, o debate foi muito rico lá na Executiva. **Sr. Gerson** – A única coisa que eu não estou achando que ficou legal quando fala assim, fica vetado à Executiva, aí é pesado, para ficar vetado, aí está desvalorizando a própria Instituição, então a forma acho que não ficou legal. **Sra. Nair** – Eu sou da Executiva, eu estou representando o Movimento Popular em relação à chapa 2, é de imensa responsabilidade com certeza estarmos atuando dentro da Executiva, só que o olhar é para as políticas públicas da capital, do Município de São Paulo, já-mais podemos deliberar com qualquer intenção pensando para o seu papel exclusivo, então todas as questões que foram debatidas na Executiva, foi de uma forma visando as políticas públicas habitacionais de São Paulo, priorizando, representando a todos, este material que chega na mão de todos os Conselheiros antecipado, chega também na Executiva, o suficiente para um Conselheiro que eleito foi para ser representante, que se senta com seus pares e discuta, todos os seus representantes o Governo com a Sociedade Civil, Movimento Popular, ele tendo seu representante as pessoas estão cientes e estão sabendo do que se trata em uma Executiva, é o meu papel enquanto Conselheira Executiva, a Executiva está trabalhando com a sua maior transparência e estou defendendo nesse momento, gostaria que vocês estivessem a certeza, jamais a desconfiança que ali as pessoas que foram eleitas foram com a responsabilidade ética e moral de fazer aquilo que todos vocês querem fazer, é por isso que eu me justifico em meu nome pelo meu papel enquanto mulher eleita e visando aí a melhoria para São Paulo. **Sra. Elisabete** – Eu acho que já ficou claro qual é o objetivo da solicitação de voto, também me parece que pelas intervenções dos Conselheiros também está claro que alguns Conselheiros consideram que a Executiva pode continuar decidindo algumas coisas que não seja de caráter profundo em relação à política habitacional, mas que agilize o nosso trabalho, e outros Conselheiros defenderam que não, que tudo tem que ser votado aqui, você podia pedir um esclarecimento e em seguida passaríamos à votação. **Sr. Luiz** – É que foi colocado uma outra proposta de que na verdade alguns termos talvez não fossem adequados, talvez não seja essa a palavra vetada, coisa assim nesse sentido, mas fosse talvez até ajustada que prerrogativa é da Comissão Executiva. **Sra. Elisabete** – A sugestão do Gerson de tirar a palavra vetar, tudo bem, o conceito é esse, a Comissão Executiva não decide nada ou a Comissão Executiva decide algumas questões. **Sra. Izilda** – Nunca sabemos qual é a pauta da Executiva, fica sabendo depois quando vem para discussão. **Sra. Elisabete** – Estamos esclarecidos então vamos votar. Conselheiros favoráveis à solicitação de voto são 27, contrários 7, abstenções nenhuma. A Comissão então continua tomando algumas decisões. **Sr. André** – Sou suplente do Pedro da Assessoria Técnica, quais são os critérios que estabelecem, o que vai ser votado na Executiva e o que vai ser votado no Conselho? **Sr. Ricardo** – Não vamos voltar agora a discutir o mesmo voto novamente, acho que podemos prosseguir com a reunião, já foi votado democraticamente. **Sra. Elisabete** – Nós podemos até fazer um histórico e encaminhar aos Conselheiros do que foi que a Comissão Executiva já decidiu na sua vida, foram poucas coisas, todas as questões polêmicas são remetidas para o Conselho, questões que não afetam em absolutamente nada a política municipal de habitação. **Sr. Abelardo** - Eu queria reiterar um apelo que eu tive oportunidade de fazer na última reunião do Conselho eu fui surpreendido aqui com o voto número 12 de 37 milhões, sem nenhuma prévia discussão, não me parece apropriado num fórum grande como o nosso, com o tempo curto como o nosso, ser surpreendido em uma reunião com votos importantes, sem que eles tenham sido previamente discutidos, aprofundados, melhor trabalhados, eu tenho assistido aqui às vezes discussões intermináveis de assuntos que não está bem entendido, que poderia ter sido pacificado, eu queria aqui reiterar um apelo que já fiz para que os votos fossem previamente encaminhados para a Executiva ou para um grupo de apoio. **Sra. Elisabete** – A Comissão Executiva tem tentado aperfeiçoar a questão do detalhamento da votação, de algumas questões mais complexas, principalmente quando envolve números, porém, alguns Conselheiros enviam como proposta de pauta e nós temos que encaminhar é apropriado que se mande antes com certeza, o Abelardo tem toda razão, mas também na medida do possível os nossos Conselheiros sempre têm tido um bom senso de remeter aos Grupos de Trabalho quando são questões mais complexas. **Sr. Ricardo** – Nós temos um prazo legal que as pessoas têm o direito de propor o voto com antecedência, deveriam subsidiar o voto um pouquinho melhor às vezes, acho que é uma deficiência talvez de algum, de um ou outro voto que devia vir melhor fundamentado. **Sra. Elisabete** – O artigo 6º da nossa Resolução, acho que uma tarefa que é eminente aperfeiçoar e discutir, a Resolução. Sabemos que um dia nós vamos ter que enfrentar-la porque ela inclusive estabelece membros do Conselho que cuja Entidade não indica, nós temos vacâncias, duas vacâncias nessa gestão de Entidades que não indicaram. A 3ª Solicitação de voto é relativa à resolução que institui a política municipal de prevenção e mediação de conflitos fundiários e urbanos. **Sr. Benedito** – Estamos chegando em uma semana muito árdua, vários companheiros aqui estavam lá em Brasília na Conferência Nacional das Cidades, estamos propondo que o Município de São Paulo constitua essa política Municipal de conflitos fundiários, eu estou inclusive propondo que possamos de fato iniciar essa discussão aqui no Conselho hoje, mas se não tivéssemos condições de votar essa Resolução, o Conselho pudesse aprofundar essa questão, a cidade está passando por um conjunto de obras viárias importantes na Cidade de São Paulo, isso gera um impacto muito grande imobiliário na Cidade de São Paulo mas também são obras e projetos que trás muita preocupação e angustia para famílias que moram no entorno desses projetos, então com relação a essas questões é que estamos propondo que o Conselho Municipal de Habitação, a própria Secretaria Municipal de Habitação através da Superintendência de Habitação Popular, constitua um grupo específico com apoio jurídico, com estrutura, para monitorar os conflitos fundiários no Município de São Paulo, a região da Ponte Espraída, ali na Roberto Marinho, com a Imigrantes, vai haver um processo de remoção de mais de 10 mil famílias naquela região, já foi feito um levantamento, mapeamento, pelo menos 8 mil famílias vão precisar de ser atendidas em algum projeto habitacional, e tem recurso, por exemplo, para construir unidade habitacional para atender de 4 a 5 mil famílias, e o que nós fazemos com as ou-